

A RECONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS DO PASSADO

JOSÉ MATTOSO¹

Para um historiador, os trabalhos de geografia histórica da Professora Suzanne Daveau são verdadeiramente preciosos. O seu interesse interdisciplinar torna-se ainda maior para os medievalistas como eu. Com efeito, se, em todos os tempos, a definição do espaço em que se desenrolam os fenómenos históricos representa um factor constantemente necessário para qualquer interpretação, para a Idade Média este princípio torna-se ainda mais decisivo. Nesta época, dada a maior dependência do homem para com as imposições da natureza, e conseqüentemente para com as condicionantes físicas ou climatéricas a que está sujeito, o quadro geográfico é ainda mais importante do que para outras em que o desenvolvimento da técnica dá ao homem maior capacidade de intervir no território. Para conseguir conhecê-lo, porém, é preciso recorrer a um saber específico que um historiador normalmente não possui. Há dados da geografia física que só um especialista sabe onde e como se podem obter e cuja incidência sobre os fenómenos sociais está mais habituado a medir. Daí o meu especial interesse pelos trabalhos de geografia histórica da Autora que neste volume homenageamos.

Tanto mais que as investigações neste ramo da geografia não eram muito abundantes em Portugal até ao momento em que ela lhes deu um impulso determinante. Sucedeu isso na década de sessenta, em que se fixou em Portugal e em que, em datas aproximadas, se desenvolveu o Centro de Estudos Geográficos dirigido pelo Professor Orlando Ribeiro, se iniciou a revista *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, e os geógrafos portugueses, sobretudo os de Lisboa, se começaram a interessar mais pelo território metropolitano, quando antes se haviam ocupado preferentemente das regiões atlânticas, africanas e asiáticas sujeitas à dominação portuguesa.

Creio que foi sobretudo a partir do impulso metodológico dado por Suzanne Daveau que a geografia histórica portuguesa começou de facto a ganhar clareza e rigor. Não faltavam, é verdade, os antecedentes quer da escola de Coimbra, sob o impulso de Amorim Girão, quer da escola de Lisboa, orientados por Orlando Ribeiro. Todavia, tantos uns como outros se consagravam de uma forma mais ou menos explícita ao exame dos antecedentes históricos de fenómenos actuais, fossem eles urbanos (mais frequentemente), fossem rurais (mais raramente), e não tanto a uma reconstituição da organização do espaço num momento ou numa época

¹ Historiador.

determinada do passado. Em relação a eles, a novidade que se encontra nos trabalhos de Suzanne Daveau resulta de ela conjugar de uma maneira extremamente organizada, por um lado, os dados propriamente históricos colhidos numa documentação muito bem seleccionada e, por outro, um conhecimento minucioso e seguro dos dados da geografia física, sobretudo dos fenómenos geológicos. Os elementos propriamente históricos, por sua vez, não são por ela escolhidos por razões puramente eruditas ou de uma maneira predominantemente informativa, mas em função do seu significado preciso em ordem a uma reconstituição da forma humana de utilizar espaços concretos. Entre eles, interessam-lhe fundamentalmente os fenómenos da distribuição e densidade da população e os que permitem fazer uma cartografia precisa dos transportes e da circulação. Num segundo plano, ocupa-se dos testemunhos antigos dos corógrafos e viajantes que descrevem o espaço e os costumes humanos relacionados com a sua utilização, para, com a sua ajuda, reconstituir o que poderíamos chamar a geografia humana do passado. Finalmente interessam-lhe também, mas sem se fixar excessivamente nos pormenores, os fenómenos relacionados com os contornos das circunscrições administrativas e a sua evolução no tempo, na medida em que revelam aspectos importantes do exercício espacial do poder político e da sua influência sobre a organização desse mesmo espaço.

Os estudos que se situam no âmbito da primeira ordem de pesquisas são os mais minuciosos e complexos, e aqueles que, por outro lado, fornecem dados mais determinantes para conhecer a organização histórica do território. A este respeito é indispensável citar os trabalhos que Suzanne Daveau orientou para a cartografia minuciosa do *Numeramento de 1527*, e que permitem conhecer a distribuição do povoamento na maior parte de Portugal continental (1986). Neste estudo, que fez com ajuda de Júlia Galego, a distinção entre o número de moradores das vilas e centros urbanos e os dos respectivos termos permitiu-lhe apresentar uma imagem muito mais precisa da organização humana do espaço do que até então se podia considerar.

Noutros trabalhos a mesma Autora procede a uma complexa conjugação de dados de procedências muito variadas, embora com relevância para os que revelam a estrutura das comunicações. Tal é o caso da sua exemplar investigação sobre o papel de Coruche como lugar crucial dos itinerários entre Évora e o Ribatejo (1984 e 1986) e de uma outra sobre a «estrada coimbrã» (1988). Pode-se associar a estes o trabalho de cartografia que os seus discípulos Júlia Galego, João Carlos Garcia e Maria Fernanda Alegria fizeram sobre os itinerários de três dos reis da primeira dinastia portuguesa e que tem também a sua marca (1988).

Parece-me especialmente útil olhar um pouco mais de perto os dois estudos sobre Coruche. O conhecimento do terreno e dos fenómenos de deslocação do curso do rio Sorraia e da Ribeira de Erra permitiram-lhe interpretar correctamente as informações dos viajantes antigos, sobretudo do cisterciense Claude de Bronseval em 1532-1533, que pareciam em si mesmas extremamente confusas. Permitiram-lhe também testar o rigor e a objectividade dos traçados cartográficos antigos, desde Álvaro Seco em 1560, até Filipe Folque em 1865, nos quais se encontravam detalhes sobre a área do Sorraia. Permitiram-lhe ainda averiguar as incidências da

variação do traçado dos itinerários interregionais sobre a evolução da população de Coruche ao longo dos séculos, ou mais precisamente entre 1430 e 1981. Permitiram-lhe finalmente indicar o tipo de observações do terreno e do regime do rio Sorraia que ela considera necessárias para poder reconstituir o traçado exacto do rio em épocas anteriores e para poder datar com precisão as suas variações. As conclusões são muito interessantes: mostram como um local que atraía os viajantes durante a época das lutas entre cristãos e muçulmanos, provavelmente devido à sua capacidade de defesa e que por isso desempenhou um papel militar de relevo, continuou durante séculos a exercer o mesmo poder de atracção apesar de não ter as melhores condições para o manter em tempo de paz. Foi preciso esperar o fim do século XVI para que os viajantes comessem geralmente a preferir outros itinerários mais afastados da zona de pântanos e inundações periódicas que dificultavam os caminhos e obrigavam a reparações constantes das pontes de madeira. Depois assistiu-se ao lento declínio da vila sem que a passagem dos caminheiros cessasse por completo.

Podemos dar como exemplo do segundo tipo de elementos de que S. Daveau se serve para reconstituir a organização do espaço no passado o seu artigo sobre a serra da Lousã. Aqui publica nove textos datados entre 1402 e 1873 que permitem conhecer a evolução global da cobertura vegetal da serra, a distribuição das povoações em 1527, as ocupações dos habitantes na vida rural no século XV, a produção de neve que no verão era transportada e vendida em Lisboa (1800). Obtém-se assim uma imagem diversificada conforme as épocas. No século XV, uma ocupação ganadeira bastante importante; no século XVI, um povoamento que se pode cartografar com rigor e que se concentra sobretudo na vila e em algumas povoações do vale, mas que comporta também casais apenas com uma a oito casas, deixando a serra completamente vazia; no século XVII, a degradação progressiva da floresta de carvalhos, talvez devido ao pastoreio; no século XIX, a rearborização com pinheiros graças a uma hábil política do município. Adivinha-se pelo meio uma ocupação humana progressiva da serra, entre o século XVIII e o fim do século XIX, a par com a rearborização, e um abandono progressivo do pastoreio. Assim, o cenário espacial que tantas vezes se pressupõe invariável e estático, está bem longe de o ser, apesar de as mutações de grande amplitude serem relativamente lentas. As ocupações predominantes da população variam, obviamente, em função da cobertura vegetal e dos recursos que ela proporciona.

Não posso deixar de referir também aqui o uso de elementos deduzidos do traçado das grandes divisões administrativas para conhecer a organização territorial no passado. Trata-se de textos que escreveu a meu pedido acerca de várias províncias tradicionais portuguesas para uma obra de carácter interpretativo, *O Sabor da Terra*, em que tive o privilégio de poder contar com a sua preciosa colaboração. O problema é evidentemente da maior importância para determinar a influência do poder político sobre a vida das populações. Embora não fizesse uma investigação minuciosa sobre este assunto pôde mostrar que as divisões regionais portuguesas têm uma marca muito mais política do que cultural. Os vínculos culturais que aparentemente justificariam a repartição do país em áreas regionais parecem extremamente ténues. Os nomes, a configuração e a evolução do traçado das

divisões administrativas, desde as comarcas medievais até aos distritos, parecem depender quase exclusivamente de estratégias administrativas do poder central que acabam por criar nas populações hábitos de convívio e circuitos de contactos que vêm a revelar-se mais determinantes que as afinidades etnográficas só por si. Será preciso no futuro fazer bastante mais investigações sobre este importante problema, mas a hipótese parece do maior interesse. Terá obviamente de se conjugar com o estudo das áreas de influência das cidades e da sua articulação com o poder central, mas abre desde já o caminho a pesquisas verdadeiramente orientadas e com objectivos precisos. Entretanto a comparação global entre o traçado das divisões administrativas consagradas pelo uso e os dados da geografia física, baseada em parte na distribuição das «unidades de paisagem» de Orlando Ribeiro e na recente repartição das NUTES III foi feita na referida obra, sem deixar sombra de dúvida acerca do carácter relativo, impreciso e ambíguo da influência da geografia física sobre o traçado provincial e sobre as fronteiras nacionais.

Embora se trate de um tipo de factores diferentes, não posso também deixar de chamar a atenção para o cuidado que Suzanne Daveau põe na detecção de fenómenos de alteração física do território. Este tipo de observações assume um papel determinante nos já mencionados estudos sobre Coruche, onde verifica com o maior rigor as variações do curso do rio, mas surge também de forma muito nítida em *O Sabor da Terra*, em que refere as importantes alterações do litoral português na Estremadura e na zona de Aveiro. Aqui não se trata de verificar as modificações resultantes da acção humana sobre a paisagem, como foi o caso na serra da Lousã, mas aquelas que a transformação do solo obrigou o homem a aceitar e que lhe impuseram novas formas de se organizar.

Enfim não posso deixar de sublinhar que a interpretação e conjugação de todos estes dados se faz sobretudo com a ajuda de uma cartografia rigorosa, constantemente presente em todos os trabalhos de Suzanne Daveau e que lhes imprime um carácter extremamente claro.

Uma última palavra para acentuar a fecundidade da obra pedagógica da Professora Suzanne Daveau no campo da geografia histórica. À sua roda formou-se um grupo de investigadores de grande mérito e que produziu já, sob a sua orientação, bastantes trabalhos da maior importância científica. O seu conjunto representa um avanço decisivo no campo da investigação universitária e um caso exemplar de trabalho interdisciplinar. É por isso que ela merece o nosso maior respeito e admiração.

